

## Município: SUMIDOURO

### AUDIÊNCIA PÚBLICA – 1º QUADRIMESTRE-2016

Em conformidade com os novos dispositivos elencados na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2.000), o Poder Executivo vem pelo presente, através de uma abordagem sintética, expor os aspectos mais relevantes acerca da Execução Orçamentária até o 1º Quadrimestre do exercício de 2016.

No que tange a execução orçamentária propriamente dita, mais precisamente aquela compreendida até o 1º Quadrimestre do exercício de 2016, no que concerne às receitas em geral, considerando para tanto os valores consolidados, englobando a Administração Direta e Indireta, através da análise da Tabela I, pode-se verificar a distribuição das Receitas Correntes, compreendendo necessariamente as Receitas Tributárias, estando englobados o IPTU, ISS, IRRF, ITBI e as TAXAS, basicamente dizem respeito àquelas receitas diretamente arrecadas pelo ente municipal, ou seja, aquelas de competência do Município.

**Tabela I - Detalhamento das Receitas Tributárias - 1º QUADRIM - 2015/2016**

Receitas	Jan/Abr 2015	Jan/Abr 2016	Variação 2015/2016	
	R\$	R\$	R\$	3
<b>IPTU</b>	125.003,4	6.511,6	(118.491,8)	-94,79%
<b>ISS</b>	236.527,6	191.799,7	(44.727,9)	-18,91%
<b>ITBI</b>	81.002,1	22.000,2	(59.001,9)	-72,84%
<b>IRRF</b>	383.995,1	372.130,6	(11.864,5)	-3,09%
<b>TAXAS</b>	44.504,0	28.269,5	(16.234,5)	-36,48%
<b>TOTAL</b>	<b>871.032,2</b>	<b>620.711,6</b>	<b>(250.320,6)</b>	<b>-28,74%</b>

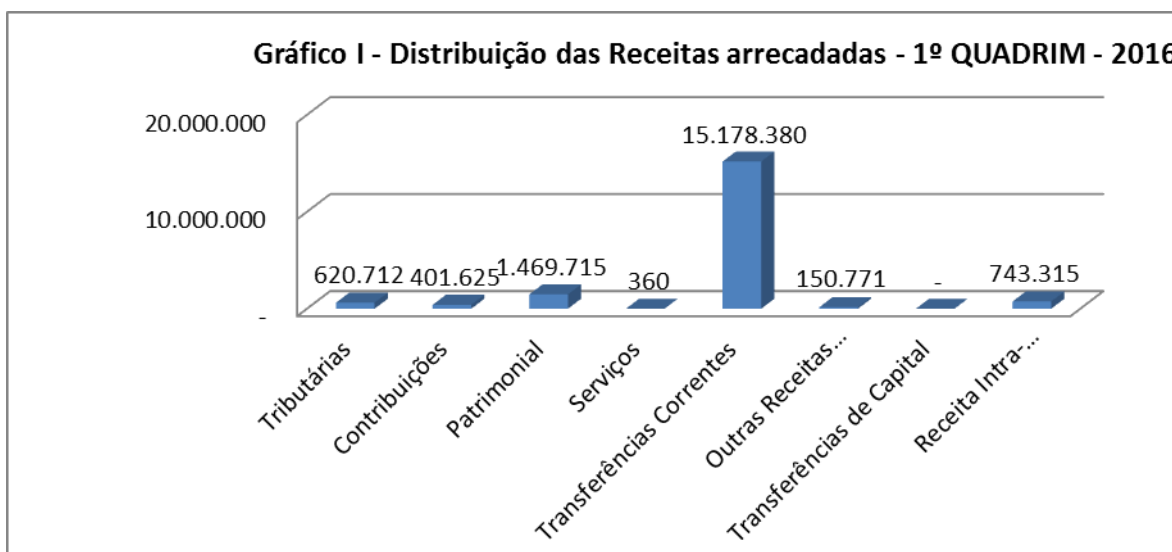
Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

A Tabela II e o Gráfico I mostram a participação no total arrecadado dos principais itens de receita.

**Tabela II - Composição das Receitas Arrecadadas - 1º QUADRIM - 2015/2016**

Receitas	Jan/Abr 2015		Jan/Abr 2016		Varição 2015/2016
	R\$		R\$		%
<b>I - Receitas Correntes</b>					
Tributárias	871.032,1	5%	620.711,6	3%	-28,74%
Contribuições	932.454,9	5%	401.624,7	2%	-56,93%
Patrimonial	936.441,6	5%	1.469.715,0	8%	56,95%
Serviços	131,5	0%	359,9	0%	173,69%
Transferências Correntes	15.094.832,3	84%	15.178.379,7	85%	0,55%
Outras Receitas Correntes	227.779,0	1%	150.770,8	1%	-33,81%
<b>Total de Receitas Correntes</b>	<b>18.062.671,4</b>	<b>100%</b>	<b>17.821.561,7</b>	<b>100%</b>	<b>-1,33%</b>
<b>II - Receitas de Capital</b>					
Alienação de Bens	-	-	3.100,0	-	-
Transferências de Capital	19,3	-	-	-	-100,00%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
<b>Total de Receita de Capital</b>	<b>19,3</b>	<b>-</b>	<b>3.100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>III - Receita Intra-orçamentária</b>	<b>247.508,1</b>		<b>743.315,2</b>		<b>200,32%</b>
<b>IV - Receita Total</b>	<b>18.310.198,8</b>	<b>-</b>	<b>18.567.976,9</b>	<b>-</b>	<b>1,41%</b>

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno



Do total de R\$ 17.821.561 (dezesete milhões, oitocentos e vinte e um mil e quinhentos e sessenta e um reais), das Receitas Correntes arrecadadas até o 1º Quadrimestre do exercício de 2016, nada menos que R\$ 15.178.379 (quinze milhões, cento e setenta e oito mil e trezentos e setenta e nove reais)

referem-se às Transferências da União e dos Estados, compreendendo 85% do total das Receitas Correntes do Município. Tal fato por si só, tem como consequência, a elevada dependência que o Município tem de recursos de outros entes da Federação.

Durante o período em comento, qual seja janeiro a abril de 2016, o município de Sumidouro arrecadou R\$ 3.100,00 de Receitas de Capital provenientes da alienação de ativos.

A aplicação efetiva, ou a contrapartida de tais recursos, pode ser verificada através da análise da Tabela III, destacando-se o grande peso dos dispêndios com pessoal, seguido das demais despesas de custeio, como serviços de terceiros e encargos e material de consumo.

**Tabela III - Despesa Liquidada por Categoria Econômica - 1º QUADRIM 2015/2016**

Despesas	Jan/Abr 2015		Jan/Abr 2016		Varição 2015/2016
	R\$		R\$		%
<b>I - Despesas Correntes</b>					
<b>Pessoal e Encargos</b>	9.213.963,7	69%	10.193.548,9	71%	10,63%
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	0%	-	0%	0,00%
<b>Outras Despesas Correntes</b>	3.278.116,7	24%	3.081.309,0	22%	-6,00%
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>12.492.080,4</b>	<b>93%</b>	<b>13.274.857,9</b>	<b>93%</b>	<b>6,27%</b>
<b>II - Despesas de Capital</b>					
<b>Investimentos</b>	191.069,2	1%	12.342,0	0%	-93,54%
<b>Inversões Financeiras</b>	-	0%	-	0%	0,00%
<b>Amortização da Dívida</b>	-	0%	-	0%	0,00%
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>191.069,2</b>	<b>1%</b>	<b>12.342,0</b>	<b>0%</b>	<b>-93,54%</b>
<b>III - Total Despesa Intra-Orçamentária</b>	<b>716.985,1</b>	<b>5%</b>	<b>970.592,8</b>	<b>7%</b>	<b>35,37%</b>
<b>IV - Despesa Total</b>	<b>13.400.134,7</b>	<b>100%</b>	<b>14.257.792,7</b>	<b>100%</b>	<b>6,40%</b>

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Houve um incremento em valores nominais das despesas correntes da ordem de 6,27%. Nessa categoria econômica, ocorreu um aumento nas despesas com “*pessoal e encargos sociais*” que variaram 10,63%. Por sua vez, a liquidação de “*outras despesas correntes*” diminuiu nominalmente 6%.

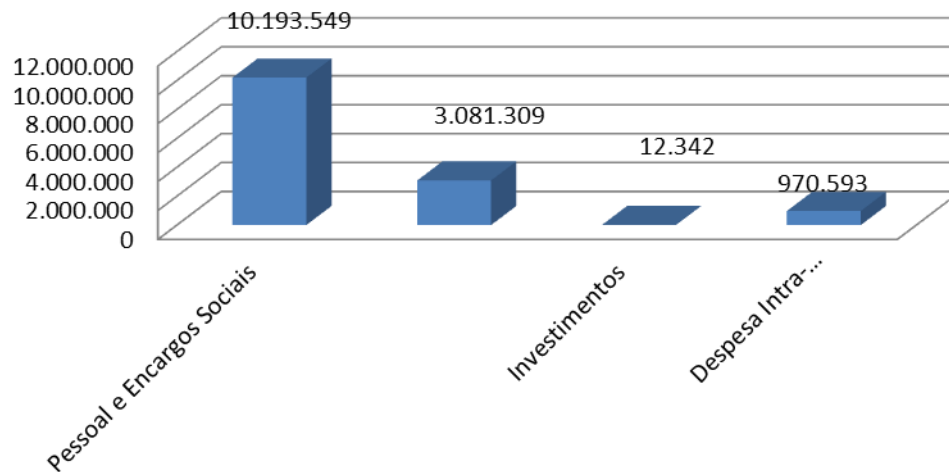
Os investimentos, por sua vez, ou seja, a parte dos recursos destinada a obras e instalações e a aquisição de equipamentos principalmente, compreenderam menos de 1% do total das despesas efetivamente liquidadas no período de janeiro/16 a abril/16.

Tal fato pode ser em parte explicado devido ao grande peso que possui as despesas de custeio no âmbito de todo ente público, uma vez que são responsáveis pela manutenção da máquina administrativa municipal. Para se ter uma idéia, esta despesa de custeio até o 1º Quadrimestre de 2016 representou 99% do total das despesas correntes realizadas no período, o que em tese representaria, considerando os recursos provenientes da realização efetiva de tais despesas um percentual de 1%, que seria utilizado para outras finalidades, como amortização de dívidas, realização de investimentos, etc.

Tal situação por si só, demonstra a grande dificuldade dos municípios de pequeno porte, que seria o alto grau de comprometimento das despesas para a manutenção da rotina burocrática e administrativa dos Órgãos que compõem o Poder Público Municipal, restando um valor muitíssimo pequeno para os investimentos que compreenderiam as obras e equipamentos realizados no município. Esta situação obriga aos atuais Gestores a busca incessante por recursos oriundos de convênios, além da necessidade em se proceder a um controle bem mais austero sobre os gastos públicos, inclusive estabelecendo limites para as despesas de custeio, como pessoal, de modo a obter uma margem mínima para a realização das fundamentais e necessárias obras de infra-estrutura urbana, saneamento básico, construção de escolas, postos de saúde, dentre outras.

O Gráfico III apresenta a distribuição das despesas liquidadas/executadas no exercício de 2016.

## Gráfico II - Distribuição das despesas executadas - 1º QUADRIM - 2016



A Tabela IV compara a despesa liquidada por função de governo, ou seja, onde necessariamente foram aplicados os recursos do Poder Público Municipal, no primeiro quadrimestre de 2015 e 2016. Ressaltando-se a relevância da Educação e da Saúde no âmbito da Administração Municipal de Sumidouro, sendo responsáveis por 45% de toda a despesa realizada no 1º Quadrimestre do exercício de 2016.

**Tabela IV -Despesas por Função de Governo**

Funções	JAN - ABR 2015	%	JAN - ABR 2016	%	Varição 2015/2016
Legislativa	588.081	4%	617.446	4%	5%
Administração	2.600.099	19%	2.570.476	18%	-1%
Assistência Social	669.137	5%	569.974	4%	-15%
Saúde	3.614.179	27%	3.765.337	26%	4%
Educação	2.378.026	18%	2.658.276	19%	12%
Urbanismo	1.214.162	9%	1.406.251	10%	16%
Transportes	54.994	0%	15.091	0%	-73%
Agricultura	266.942	2%	268.959	2%	1%
Desporto e Lazer	176.766	1%	106.750	1%	-40%
Previdência Social	1.072.738	8%	1.262.505	9%	18%
Outros	48.026	0%	46.135	0%	-4%
Despesa Intra-orçamentária	716.985	5%	970.593	7%	35%
<b>Total</b>	<b>13.400.135</b>	<b>100%</b>	<b>14.257.793</b>	<b>100%</b>	<b>6%</b>

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

A Receita Corrente Líquida Apurada no ano/exercício de 2016 apresenta redução em relação ao período anterior de 1,44% em valores nominais, como pode ser observado na Tabela V.

**Tabela V - Demonstrativo Simplificado da Receita Corrente Líquida**

	R\$ 1,00	
Especificação	1º QUADRIM - 15	1º QUADRIM - 16
Receitas Tributárias	2.809.324	2.232.720
Receita de Contribuições	2.049.556	1.117.416
Receita Patrimonial	2.808.034	3.251.478
Receita de Serviços	189	1.135
Transferências Correntes	51.459.092	52.168.597
Outras Receitas Correntes	556.930	451.612
(-) Contribuição Previdenciária - Servidor	-1.613.614	-1.530.471
(-) Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	-2.144	-39.185
(-) Compensação Financ. Entre Reg. Previd.	-6.338.383	-6.669.377
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>51.728.984</b>	<b>50.983.926</b>

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

A Tabela VI demonstra o resultado primário (diferença entre as receitas e despesas não financeiras) alcançado pelo Município de Sumidouro no 1º quadrimestre de 2016.

**Tabela VI - Demonstrativo Resumido do Resultado Primário -1º QUADRIM 15/16**

	R\$ Milhares	
Especificação	1º QUADRIM - 15	1º QUADRIM - 16
Receitas Correntes	18.310.179,5	18.564.877,0
(-) Receita de Aplicações Financeiras	(931.895,2)	(1.464.764,6)
Receita de Capital	19,3	3.100,0
(-) Alienação de Bens	0,0	(3.100,0)
<b>Receita Líquida (a)</b>	<b>17.378.303,6</b>	<b>17.100.112,4</b>
Despesas Correntes	13.209.065,5	14.245.450,7
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,0	0,0
Despesa de Capital	191.069,2	12.342,0
(-) Amortização da Dívida	0,0	0,0
<b>Despesa Líquida (b)</b>	<b>13.400.134,7</b>	<b>14.257.792,7</b>
<b>Resultado Primário (a-b)</b>	<b>3.978.168,9</b>	<b>2.842.319,7</b>

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

No período de janeiro a abril de 2016, a atual Gestão aplicou 23,09% dos recursos arrecadados com impostos, ou seja, aqueles recursos arrecadados com ICMS, IPVA, IPTU, IRRF, ITBI, ISS, dentre outros, na função “EDUCAÇÃO”. Cabe destacar o atendimento ao limite constitucional de aplicação mínima de 15% das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais na função “SAÚDE”, a Administração Municipal aplicou 26,73%.

### **OUTROS TÓPICOS**

- Durante o 1º Quadrimestre do exercício financeiro de 2016, não ocorreram operações de crédito por parte da Administração Municipal.

Em síntese, o Poder Executivo Municipal através desta pequena abordagem preliminar buscou de forma transparente evidenciar os principais tópicos acerca da gestão pública e das finanças do município de Sumidouro, atendendo aos novos preceitos da Lei de responsabilidade Fiscal, estando à disposição de quaisquer interessados que porventura demandem esclarecimentos mais aprofundados acerca do tema em questão.

, cumprindo, portanto, o limite constitucional mínimo de 25 % dos gastos na Educação